



CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES
SERAFINA CORRÊA - RIO GRANDE DO SUL - BRASIL

Câmara de Vereadores	
Fl. 26	Rubrica

COMISSÃO DE ORÇAMENTO, FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO

PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 86/2021

Data: 13/10/2021 - Página 1 de 1

Matéria/ Ementa:

Projeto de Lei nº 86/2021 e Mensagem Retificativa que "AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A FIRMAR CONVÊNIO COM A FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DE PASSO FUNDO, ABRE CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

Relatório:

Visa o presente Projeto de Lei buscar autorização para firmar convênio e abertura de crédito adicional especial, o convênio será realizado com a Fundação Universidade de Passo Fundo – FUPF com a finalidade de elaboração de anteprojeto de revitalização da edificação histórica, através do Núcleo de Arquitetura e Desenvolvimento Urbano Comunitário, e para suprir esta demanda, será aberto crédito adicional especial no valor R\$ 21.760,00 (vinte e um mil, setecentos e sessenta reais).

O Moinho e Casarão Pulga é uma construção datada do final do Século XIX, sendo a construção mais antiga do Município de Serafina Corrêa. Tal imóvel é de inestimável valor histórico e cultural, por manter fortes características oriundas da imigração italiana.

Fundamentação:

No tocante à matéria orçamentária, verifica-se que o presente Projeto de Lei compreende os requisitos necessários para a abertura de crédito adicional especial, sob o respaldo do art. 41, inciso II, e do art. 43, § 19, Incisos III (anulação) da Lei nº 4.320, de 1964.

Não há necessidade de apresentação do relatório do impacto, tendo em vista o valor que é irrelevante de acordo com a LDO.

LEI 4.320/64

Art. 41. Os créditos adicionais classificam-se em:

II - especiais, os destinados a despesas para as quais não haja dotação orçamentária específica;

Art. 43. A abertura dos créditos suplementares e especiais depende da existência de recursos disponíveis para ocorrer a despesa e será precedida de exposição justificativa. (Veto rejeitado no DOU, de 5.5.1964)

III - os resultantes de anulação parcial ou total de dotações orçamentárias ou de créditos adicionais, autorizados em Lei; (Veto rejeitado no DOU, de 5.5.1964)

LDO - 2021

Art. 15. Os procedimentos administrativos de estimativa do impacto orçamentário-financeiro e declaração do ordenador da despesa de que trata o art. 16, incisos I e II, da Lei Complementar n- 101/2000, quando for o caso, deverão ser inseridos no processo que abriga os autos da licitação ou de sua dispensa/inexigibilidade. § 1- Para efeito do disposto no art. 16, § 3-., da Lei Complementar n- 101/2000, serão consideradas despesas irrelevantes aquelas decorrentes da criação, expansão ou aperfeiçoamento da ação governamental que acarrete aumento da despesa, cujo montante no exercício financeiro de 2021, em cada evento, não exceda aos valores limites para dispensa de licitação, fixados nos incisos I e II do art. 24 da Lei n- 8.666/1993 e alterações, conforme o caso..

Opinião:

Diante do exposto é pela viabilidade da tramitação do Projeto de Lei.


Ver. Eleandro Timóteo Moreschi

Relator

Voto do Presidente: Aprova o Parecer

Voto do Revisor: Aprova o Parecer


Ver. Francisco Bernardo Mezzomo
Presidente


Ver. Lúcio Francisco Oldoni
Revisor